

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA
NEGROS/AS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**PRODUCCIÓN CIENTÍFICA SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA LOS
NEGROS EN LOS CURSOS DE POSTGRADO EN EDUCACIÓN**

**SCIENTIFIC PRODUCTION ON AFFIRMATIVE POLICIES FOR BLACKS IN THE
POSTGRADUATE COURSE IN EDUCATION**

Ana Paula Moreira de SOUSA¹
Eugenia Portela de Siqueira MARQUES²
Ana Paula Oliveira dos SANTOS³

RESUMO: Este artigo objetiva mapear a produção científica sobre políticas afirmativas para negros/as na pós-graduação em educação. Foram lidos e analisados teses, dissertações e artigos. A busca ocorreu na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Biblioteca da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, no Grupo de Trabalho 21 (Educação e Relações Étnico-Raciais). Os principais descritores foram: “políticas afirmativas”, “políticas afirmativas AND pós-graduação”, “cotas AND pós-graduação”. Ele é bibliográfico, descritivo e qualitativo, desenvolvido por meio do estado do conhecimento. Concluiu-se que há poucas produções relacionadas à pesquisa, pois os temas abordados ora são díspares, ora são apenas tangenciais. Há poucas produções que tratam sobre cotas para negros/as na pós-graduação e sobre elas na pós-graduação em educação nenhuma pesquisa foi encontrada nas duas bases de dados selecionadas. Frente às constatações, o artigo é original e relevante para a educação, no contexto das políticas afirmativas para negros/as no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVES: Negros/as. Políticas afirmativas. Pós-Graduação em Educação.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo mapear la producción científica sobre las políticas afirmativas para los negros en la educación de postgrado. Se leyeron y analizaron tesis, disertaciones y artículos. La búsqueda se realizó en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones y en la Biblioteca de la Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Educación, Grupo de Trabajo 21 (Educación y Relaciones Étnico-Raciales). Los principales descriptores fueron: "políticas afirmativas", "políticas afirmativas Y estudios de postgrado", "cuotas Y estudios de postgrado". Es bibliográfico, descriptivo y cualitativo, desarrollado a través del estado del conocimiento. Se concluyó que hay pocas producciones

¹ Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados – MS – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6807-7253>. E-mail: profap.educa@gmail.com

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande – MS – Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Educação (UFSCAR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3182-171X>. E-mail: portelaeugenia@gmail.com

³ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Nova Andradina – MS – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5162-6711>. E-mail: anapaula.oliveira030@gmail.com

relacionadas con la investigación, ya que los temas abordados son a veces dispares, a veces sólo tangenciales. Hay pocas producciones que traten de las cuotas para los negros en los estudios de postgrado y sobre ellos en los estudios de postgrado en educación, no se encontró ninguna investigación en las dos bases de datos seleccionadas. Dadas las conclusiones, el artículo es original y relevante para la educación, en el contexto de las políticas afirmativas para los negros en la educación superior.

PALABRAS CLAVE: *Negros. Políticas afirmativas. Postgrado en Educación.*

ABSTRACT: *This article aims to map the scientific production on affirmative policies for blacks in the postgraduate course in education. Theses, dissertations and articles were read and analyzed. The search occurred in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and in the Library of the National Association of Postgraduate Studies and Research in Education, Working Group 21 (Education and Ethnic-Racial Relations). The main descriptors were: "affirmative policies", "affirmative policies AND graduate studies", "quotas AND graduate studies". It is bibliographic, descriptive and qualitative, developed through the state of knowledge. It was concluded that there are few productions related to the research, because the themes approached are sometimes disparate, sometimes only tangential. There are few productions that deal with quotas for blacks in graduate studies and no research on them in graduate education was found in the two selected databases. In view of the findings, the article is original and relevant to education, in the context of affirmative policies for blacks in higher education.*

KEYWORDS: *Blacks. Affirmative policies. Postgraduate Course in Education.*

Introdução

O presente artigo objetiva apresentar um mapeamento da produção do conhecimento relacionada com o tema que trata das políticas afirmativas para negros/as⁴ na pós-graduação em educação.

Para tanto, aprioristicamente recorrer-se-á sobre as ações afirmativas e sua importância para a efetivação do sistema de cotas para a população negra no campo educacional, em especial, no ensino superior. Após isso, apresenta e descreve o estado do conhecimento dessa política através das duas bases de dados escolhidas por meio do mapeamento, e finaliza analisando o contexto com as considerações levantadas.

No que diz respeito às ações afirmativas, Gomes e Munanga (2006, p. 186) afirmam que elas:

[...] constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades de todos,

⁴ O termo “negros” aqui considerado se baseia na concepção de Marques (2010, p. 33, grifo nosso), ao afirmar que ele trata de sujeitos pretos, pardos, afro-brasileiros e afrodescendentes.

criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições socialmente. Elas podem ser entendidas como um conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, de caráter compulsório (obrigatório), facultativo (não-obrigatório) ou voluntário com o objetivo de corrigir as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais e/ou étnicorraciais com o histórico comprovado de exclusão e discriminação. Elas possuem um caráter emergencial e transitório. Sua continuidade dependerá sempre de avaliação constante e da comprovada mudança do quadro de discriminação que a originou.

Além disso, Gomes (2002) afirma que as ações afirmativas são políticas públicas que objetivam concretizar o princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física.

Compreende-se que as ações afirmativas são medidas voltadas para a correção da desigualdade que existe em uma determinada sociedade e que ações como essas ocorreram no Brasil por meio das reivindicações e lutas de grupos sociais, com destaque ao Movimento Social Negro⁵. Portanto, sua implementação são lutas realizadas no decorrer histórico desses movimentos e requer cautela quanto aos seus resultados, pois o impacto e a eficácia dessas políticas dependem do grau de mobilização do público beneficiário.

As políticas de ação afirmativa têm, segundo Marques (2010), um caráter fundamental para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, pois o Estado necessita intervir, visto que tem a prerrogativa de traçar diretrizes gerais sobre a política de cotas, considerada uma das estratégias possíveis para a redução das desigualdades raciais e sociais de um país.

No que se refere às cotas, conforme a autora acima citada, elas são

[...] o sistema onde há reserva de um percentual de vagas na universidade para um determinado grupo. As cotas são utilizadas em universidades e instituições de ensino públicas que optaram por fazer um corte racial em favor dos estudantes negros e indígenas (MARQUES, 2010, p. 87).

Entende-se que as cotas como ações afirmativas podem minimizar as desigualdades de oportunidades de acesso da população negra ao ensino superior, pois elas foram legitimadas

⁵ Segundo Santos (1994, p. 157), Movimento Social Negro compreende a: “[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro unificado]; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro”.

constitucionalmente no ano de 2012 pelo Supremo Tribunal Federal⁶. Portanto, foi um direito conquistado juridicamente e que precisa ser usufruído por esse grupo.

Em relação aos objetivos das ações afirmativas, Jaccoud e Beghin (2002, p. 67) salientam que elas devem:

[...] garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social. Elas se caracterizam por serem temporárias e por serem focalizadas no grupo discriminado; ou seja, por dispensarem, num determinado prazo um tratamento diferenciado e favorável com vistas a reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão.

Depreende-se que as ações afirmativas, por meio das cotas, propiciam o acesso e benefícios aos/as negros/as no ensino superior, e isso é uma questão muito recente. Marques (2010, p. 23) corrobora que “pensar em ações afirmativas e cotas para estudantes negros, na perspectiva de reparação de injustiças históricas, significa rever o sentido de universalização e acesso”. Logo, a autora destaca que esses estudantes devem ter garantido seu ingresso e permanência de qualidade no ensino superior.

Deste modo, a adoção das ações afirmativas no país possibilitou e tem possibilitado o debate sobre racismo, discriminação racial e reflexões sobre o pertencimento étnico-racial, mas que ainda precisa avançar e ser melhor problematizada, pois de acordo com Marques (2010, p. 81), “no campo educacional, o debate sobre a implantação do sistema de cotas para o ingresso de negros na educação superior pública e privada está longe de se esgotar”.

Portanto, a partir dos parágrafos supracitados, as cotas como uma política afirmativa tem contribuído para o acesso da população negra ao ensino superior, principalmente nas instituições públicas, tanto estaduais quanto federais. Contudo, esse debate ainda precisa de mais análises e lutas em *prol* da efetividade da lei e de seu curso prático no cotidiano do campo educacional.

Em sentido metodológico, considera-se que este artigo é bibliográfico, de caráter descritivo, desenvolvido por meio do estado do conhecimento, com abordagem qualitativa.

⁶ A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, denominada “Lei das Cotas”, regulamentada pelo Decreto nº. 7.824, também de 2012, determinou em seu Art. 1º que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Em seu parágrafo único está previsto que: no preenchimento das vagas de que trata o *caput* deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*. E complementa em seu Art. 3º: em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o Art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, **por autodeclarados pretos**, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012, grifos nossos).

Além disso, sua questão problematizadora pauta-se em saber: “*O que se tem produzido no Brasil sobre políticas afirmativas para negros/as na pós-graduação em educação*”?

Define-se o artigo a partir da abordagem qualitativa, por acreditar que ela possibilita o desvelamento do objeto de estudo, compreendendo que as estratégias adotadas na investigação permitem o recolhimento de dados que podem auxiliar na leitura e na compreensão dos fatos que estão sendo estudados. A abordagem qualitativa da investigação exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do objeto (OLIVEIRA, 2007).

Sua elaboração se caracterizou de forma preponderante na pesquisa denominada estado do conhecimento, que apresenta um caráter bibliográfico, em que se permite ao pesquisador mapear e descrever as produções científicas existentes acerca do objeto de estudo investigado, e também evidenciar o foco, a metodologia, os resultados, as conclusões e as lacunas destas.

Alves-Mazzotti (2006, p. 30) salienta que a familiaridade do pesquisador com o estado do conhecimento o torna capaz de problematizar um tema, que pode indicar a “contribuição que seu estudo pretende trazer à expansão desse conhecimento, quer procurando esclarecer questões controvertidas ou inconsistências, quer preenchendo lacunas”. Com esse entendimento, reafirma-se que o estado do conhecimento é a:

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155).

Assim, na perspectiva de trazer “algo novo”, o estado do conhecimento em pauta poderá contribuir para que se tenha uma visão mais panorâmica dos movimentos da pesquisa científica, o nível de interesse acadêmico e dos novos ângulos e subtemas passíveis de maior investigação exploratória, de modo a compreender as lacunas e os silêncios significativos do objeto de estudo investigativo, e isso, conforme os autores acima, deve ser o pressuposto inicial de toda pesquisa.

Ferreira (2002) enuncia que há um conjunto de pesquisas denominado “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Ela cita que essas pesquisas que têm um caráter bibliográfico trazem o desafio de mapear e discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento.

Contudo, elas possibilitam aos pesquisadores conhecerem, se aproximarem e se aprofundarem em seus objetos de estudos, e após isso, procurarem responder alguns aspectos e dimensões que são considerados destaques e privilégios em diferentes lugares e épocas, além de compreenderem as formas e condições em que dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos publicados em periódicos e comunicações em anais de eventos científicos têm sido produzidos.

As pesquisas do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento” têm aumentado no Brasil, estando presentes na produção científica de várias áreas do conhecimento, particularmente da educação (MAGALHÃES; REAL, 2018, p. 468). Portanto, esse levantamento bibliográfico acerca da produção do conhecimento em determinado tema ou temática tem se elevado no campo educacional científico.

Por considerar esse artigo como sendo também descritivo, Ferreira (2002, p. 258) afirma que:

[...] as pesquisas constituintes do estado do conhecimento são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Depreende-se que é preciso investigar, descobrir e desvelar o não conhecido em relação aos estudos e pesquisas no campo científico, tanto em sentido quantitativo quanto qualitativo. É preciso ter a capacidade de refletir, em especial, sobre as investigações da pós-graduação, que são pouco divulgadas nos segmentos sociais e educacionais existentes.

Para a realização deste artigo, definiu-se um roteiro metodológico, com cinco etapas, a saber:

- 1ª: Definição dos descritores para direcionamento das buscas, a saber: “políticas afirmativas”, “ações afirmativas”, “políticas afirmativas AND pós-graduação”, “cotas AND pós-graduação”, “política de cotas”, “cotas na pós-graduação”, “cotas OR negros”, “negros”, “movimento negro”;
- 2ª: Levantamento das fontes e coleta de dados em duas bases de dados escolhidas, isto é, nos repositórios da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e da Biblioteca da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), restritamente ao Grupo de Trabalho (GT) 21 - Educação e Relação Étnico-Raciais, contemplando teses, dissertações e artigos científicos publicados nos anais das reuniões anuais/nacionais da associação, considerados como *corpus* da pesquisa;

- 3ª: Leitura das produções localizadas, em que se considerou como variáveis “os títulos, os resumos (objetivos e conclusões das pesquisas ou, quando não encontrados, leitura aligeirada para serem encontrados) e as palavras-chaves”, para o estabelecimento de critérios de seleção e identificação do *corpus* de análise. Os artigos do GT 21 da ANPED foram lidos na íntegra, devido a sua forma de organização ser diferente das teses e dissertações e também para contemplar o que foi proposto como análise;
- 4ª: Seleção do *corpus* de análise, que compôs o estado do conhecimento. Foram selecionados onze trabalhos, distribuídos entre as duas bases de dados, que atendiam os critérios de objeto de pesquisa e temática;
- 5ª: Descrição e síntese interpretativa, organização dos resultados e escrita final do estado do conhecimento.

A relevância deste trabalho se justifica por não haver registros desse tipo de pesquisa (ao menos nas duas bases de dados investigadas) tratando sobre a temática das políticas afirmativas para negros/as na pós-graduação em educação.

O destaque para as produções científicas na pós-graduação em educação é uma peculiaridade de proposta de desenvolvimento da tese de doutoramento da pesquisadora autora do artigo, por isso a justificativa em ter inserido no objetivo principal do artigo. Porém, no momento do levantamento destas produções, verificou-se que não há nenhuma pesquisa nas bases de dados selecionadas que trate desse tema em específico como objeto de estudo, o que *a priori* pode a caracterizar como inédita e original. Contudo, um levantamento mais aprofundado e mais completo será feito nas outras bases de dados existentes, para que se confirme essa situação hipotética.

Para conseguir realizar o mapeamento, inserimos todos os descritores já mencionados e observamos que poucos trabalhos foram encontrados, e os que foram considerados, mencionam de forma tangencial o tema de pesquisa. Portanto, houve pouca recorrência de forma direta.

Em razão da data de publicação do decreto que instituiu a reserva de vagas para negros na pós-graduação em maio de 2016, acredita-se que poderia ter sido pertinente analisar as publicações existentes deste ano aos dias atuais, porém, o que ocorreu foi a dificuldade em encontrar alguma pesquisa que abordasse de forma direta a especificidade do tema do artigo.

Logo, o recorte temporal não aparece neste artigo, pois foi necessário considerar as pesquisas existentes, independente do ano de sua produção. Mas algo significativo ocorreu, pois foi possível perceber que essas pesquisas relacionadas às cotas para negros como política

afirmativa apareceram de forma mais detida e específica a partir dos anos 2000, após sua criação, implantação e implementação nas instituições públicas, primeiramente nas estaduais e, posteriormente, nas federais.

Para que se compreenda como ocorreu o acesso dos negros/as a pós-graduação, a título de informação relevante, aponta-se que esse acesso foi estabelecido pela Portaria Normativa nº. 13, de 11 de maio de 2016, que “dispõe sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação, e dá outras providências” (BRASIL, 2016) e determina em seus Arts.1º e 2º as seguintes redações:

Art. 1º - As Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito de sua autonomia e observados os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, terão o prazo de noventa dias para apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas. Art. 2º - As Instituições Federais de Ensino deverão criar comissões próprias com a finalidade de dar continuidade ao processo de discussão e aperfeiçoamento das Ações Afirmativas propostas (BRASIL, 2016).

Compreende-se que as cotas como política afirmativa na pós-graduação são recentes, e que ela precisa ser investigada e analisada após quatro anos de sua publicação e homologação jurisdicional. Essa portaria mesmo induz e não determina, como na graduação, as universidades a adotarem as ações afirmativas (não necessariamente a reserva de vagas), e isso é algo que precisa ser pesquisado.

O que se percebe na verdade é que existem muitas pesquisas que discutem sobre as cotas no ensino superior, ou seja, aquelas voltadas principalmente à graduação (e os temas são diversos, desde questões constitucionais até trajetórias/representatividade/identidade deste povo), porém, na pós-graduação a produção ainda é incipiente, o que pode ser ratificado nestas duas bases de dados escolhidas.

No próximo tópico abordar-se-á sobre o levantamento bibliográfico acerca das produções científicas das políticas afirmativas para negros/as na pós-graduação.

A produção científica sobre as políticas afirmativas para negros/as na pós-graduação em educação

O estado do conhecimento pautou-se na análise dos resumos das dissertações e teses (quando atendiam a localizar o objetivo geral e conclusões, e quando isso não foi possível,

uma busca e leitura aligeirada foi feita, para atender esta especificidade), além da leitura integral dos artigos científicos.

A escolha pela leitura destes dados ocorreu por considerar, segundo Ferreira (2002, p. 268, grifos do autor),

[...] uma rede formada por diferentes elos ligados a partir do mesmo *suporte material* que os abriga, pela *opção teórica* manifesta, pelo *tema* que anuncia, pelo *objetivo* explicitado da pesquisa, pelo *procedimento metodológico* adotado pelo pesquisador. Um conjunto de resumos organizados em torno de uma determinada área do conhecimento, e isso [...] pode nos contar uma História de sua produção acadêmica.

Compreende-se que é preciso a leitura dos resumos e que estes estejam organizados, para que os objetivos de determinada pesquisa possam ser alcançados. Sendo assim, a partir deles, o pesquisador pode ser capaz de realizar, uma vez que:

[...] a História de certa produção, a partir dos resumos das pesquisas não oferece uma compreensão linear, uma organização lógica, sequencial do conjunto de resumos. Entre os textos há lacunas, ambiguidades, singularidades, que são preenchidas pela leitura que o pesquisador faz deles. Então, a História da produção acadêmica é aquela proposta pelo pesquisador que lê. Haverá tantas Histórias quanto leitores houver dispostos a lê-las (FERREIRA, 2002, p. 269).

Deste modo, é preciso ler os trabalhos com atenção e dedicação, em especial as dissertações e teses. A leitura das produções científicas, seja parcial ou total, como já anunciado, foi feita na BDTD e no GT 21 da ANPED. Essas pesquisas encontradas são descritas nos dois subitens infracitados, em que são explicitados o nome do/a autor/a, o ano de defesa/publicação/apresentação, o título, o objetivo geral e as conclusões.

Como já ratificado, nesse primeiro momento foram considerados os resumos (no caso de dissertações e teses), para que se tenha uma visão panorâmica dessas pesquisas. Porém, aquelas que realmente têm uma importância/relação extremamente direta com o objeto de estudo, foram observadas em detalhes e serão lidas na íntegra posteriormente, para que possam compor o embasamento teórico do desenvolvimento propriamente dito da tese. Contudo, mais uma vez, reitera-se, os artigos foram lidos na íntegra, pois a sua organização é diferente das outras produções, pois a dedicação de realização de leitura a eles é mais acessível neste momento.

A escolha pelas duas bases de dados ocorreu devido serem distintas, ou seja, a BDTD é mais ampla e contempla um universo de trabalhos mais acurados, em que os autores e autoras tiveram um tempo maior dedicado a sua produção, pois trata-se de dissertações e

teses, e os da ANPED são mais específicos, pois mesmo em se tratando de artigos científicos, atendem com igual importância às pesquisas acima, porém, as formas de organização e tratamento dos dados são diferentes e foi isso que despertou a pesquisadora a selecioná-las.

No subitem posterior, descrever-se-á sobre o mapeamento das produções encontradas na BDTD.

Mapeamento de produções na BDTD

Nos trabalhos da BDTD, com o descritor “políticas afirmativas” no filtro de busca “todos os campos”, foram encontradas quatro mil e duzentas pesquisas. Porém, realizando outro filtro, agora já no campo “assunto”, levantou-se cento e quarenta e nove trabalhos, sendo noventa e oito dissertações e cinquenta e uma teses. Desse montante, foram selecionadas apenas uma dissertação e uma tese.

A dissertação intitulada *Políticas de cotas raciais em universidades brasileiras: entre a legitimidade e a eficácia*, da autora Iensue (2009), objetivou analisar a legitimidade e a eficácia da política de cotas raciais para o acesso dos afrodescendentes ao ensino superior público no Brasil, partindo da aparente dicotomia entre os valores liberdade e igualdade e buscando compreender sua influência nas concepções modernas e contemporâneas de Estado e justiça.

A autora pontua que, ao longo do texto, analisou a legitimidade da política de cotas raciais ante os princípios normativos erigidos pela Constituição Federal de 1988, como o princípio da igualdade, da dignidade humana e da proporcionalidade, e ante alguns instrumentos internacionais. Analisa ainda, dialeticamente, a legitimidade das ações afirmativas como gênero e a espécie política de cotas, a partir das principais objeções opostas à adoção de tais instrumentos.

Em seus resultados, ela concluiu que sob a ótica do sistema constitucional brasileiro, em tese, não há óbices à adoção de ações afirmativas, devendo ser analisado cada caso, *in concreto*. Deve-se levar em consideração se os critérios adotados são adequados, razoáveis e proporcionais às finalidades as quais pretendem concretizar. Por conseguinte, a doutrina constitucionalista tem apontado no sentido para o qual a diferenciação ou o tratamento desigual deve ser consoante ao princípio da proporcionalidade.

Constatou ainda que o dilema racial brasileiro não se constitui somente numa questão de cor de pele, mas, sobretudo, liga-se ao fator classe, origem, à pobreza herdada principalmente do sistema perverso da escravidão. Por conseguinte, ações afirmativas,

especialmente as cotas para o acesso ao ensino superior, para guardarem coerência com a ideia de igualdade e de justiça afeitas ao contexto brasileiro, devem conjugar o critério racial com o critério socioeconômico, sob pena de discriminação reversa.

Finaliza afirmando que as políticas de cotas para acesso de afrodescendentes as universidades encontram-se destinadas a minorar o abismo entre os integrantes dessa parcela e os brancos, visto que, através da correção artificial da assimetria nas oportunidades, favorecerá, portanto, a criação de condições mínimas para o incremento da coesão social.

A tese nomeada *Implementação da lei de cotas em três universidades federais mineiras*, do autor Santos (2018), aponta como objetivo principal investigar o processo de implementação da Lei de Cotas (12.711/2012) em três universidades federais do estado de Minas Gerais, isto é, na Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade Federal de Ouro Preto e na Universidade Federal de Viçosa.

Ele concluiu que a Lei de Cotas vem exigindo uma mobilização da gestão das universidades, relacionadas à sua operacionalização e, ainda, que essa política inaugurou um tempo novo em relação à inclusão de segmentos com histórico de exclusão nas instituições, a qual não pode ver seus objetivos ameaçados por obstáculos operacionais.

Além disso, confirmou-se a hipótese de que o programa de reserva de vagas introduziu nas instituições algumas novidades que influenciaram a gestão universitária. E ele acredita que seja necessário evitar que tais efeitos e implicações não se convertam em obstáculos para a efetivação dos objetivos da política pública, que é o de promover a inclusão de segmentos sociais com histórico de discriminação e desigualdade no ensino superior público federal.

No descritor “ações afirmativas”, foram encontradas duas mil e quatrocentos e trinta e oito pesquisas, porém, filtrando para o campo “assunto”, obteve-se duzentas e nove. Realizando mais uma filtragem, agora na busca “título”, restaram-se cento e setenta e cinco trabalhos. Destes, foram selecionadas duas pesquisas, sendo uma tese e uma dissertação.

A tese de doutorado de Camargo (2005), nomeada *O negro na educação superior – perspectivas das ações afirmativas*, teve como objetivo principal avaliar a presença do negro na universidade e as medidas governamentais propostas, tendo em vista ampliar o número de negros na educação superior.

Foi uma pesquisa desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em que questionários foram aplicados aos acadêmicos do Programa de Pós-Graduação e dos cursos de Especialização e Graduação da Faculdade de Educação.

Foram sujeitos da pesquisa 331 alunos, os quais opinaram sobre ação afirmativa, cota, democracia racial, fornecendo dados quanto ao trabalho, aos cursos frequentados

anteriormente, à renda familiar e autodeclaração quanto à cor, a fim de mapear-se o número de alunos negros na Faculdade de Educação.

Como resultado, a autora obteve os seguintes dados: a Faculdade de Educação é frequentada por uma maioria feminina e branca e o total de negros (a soma daqueles que se autodeclararam de cor preta ou de cor parda) é de 61 alunos. Brancos e negros declararam a inoperância das cotas e questionaram as ações afirmativas dirigidas ao negro por julgarem a medida discriminatória.

A dissertação se intitula *Ações afirmativas na pós-graduação*, da autora Pereira (2019). Seu objetivo se baseou em investigar o perfil dos pós-graduandos no Brasil (pretos, pardos), que tiveram acesso a esta etapa da educação superior por meio das ações afirmativas, entre os anos de 2017 e 2018.

Este levantamento permitiu à autora, através das coletas de dados, apontar que mais de 70% das instituições já adotam ações afirmativas em seus processos seletivos. Segundo ela, concluiu-se que a pesquisa foi ampliada e foram coletados argumentos de coordenadores de programas de pós-graduação dessas instituições sobre as ações afirmativas nos cursos. A hipótese inicial era de que havia resistência por parte deste grupo gestores, o que não se confirmou após a coleta.

Além disso, na pesquisa, após as análises, foi proposto um módulo de preenchimento pelo próprio discente na Plataforma Sucupira para que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) possa atender ao previsto na portaria nº 13 de 2016, em seu Art. 3º, e reunir informações oficiais sobre o perfil e dados socioeconômicos dos discentes. Este módulo deve também contemplar informações a serem prestadas pelas coordenações dos cursos sobre a quantidade de estudantes que se inscrevem em processos seletivos e quantos ingressam, para que possa ser mapeada a demanda por cursos, além de identificar os candidatos e ingressantes de ações afirmativas.

Nos descritores “cotas AND pós-graduação” e “cotas na pós-graduação”, foram localizados de forma geral, no campo “todos os assuntos”, mil e setecentos e vinte e dois trabalhos, contudo, realizando outro filtro, para a busca somente “assunto”, restaram três. Porém nenhum foi considerado para contribuir com esse mapeamento, pois eles não têm relação com o objeto de pesquisa.

No descritor “políticas de cotas”, em aspecto amplo, em “todos os assuntos”, encontrou-se setecentos e setenta e três pesquisas. Realizando o filtro para o campo “assunto”, restaram oitenta e cinco trabalhos. Destes, foram considerados três, sendo dois de autores já referendados acima (IENSE, 2005; SANTOS, 2018) e uma tese de doutoramento.

A tese intitula-se *Ações afirmativas em universidades públicas brasileiras: uma análise sobre a implantação das cotas raciais*, defendida pela autora Souza (2017).

Seu objetivo busca realizar uma análise da trajetória de implantação das ações afirmativas no Brasil – nas universidades públicas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF; Universidade do Estado da Bahia – UNEB; e Universidade de Brasília – UnB) pioneiras, bem como na Universidade Estadual de Londrina – UEL (que não está entre as pioneiras, mas pela proximidade permitiu acesso aos egressos cotistas negros) no período que compreende de 2002 a 2015.

Para maior situação da problemática que envolve as cotas raciais, além da coleta de dados, foram realizadas entrevistas com alguns egressos cotistas negros da Universidade Estadual de Londrina.

Como resultado de pesquisa, a autora demonstra que as dificuldades de implantação das ações afirmativas, em especial, as cotas raciais universitárias, nas instituições superiores do Brasil, bem como as ações “afirmativas”, empreendidas pelo Estado brasileiro, servem para amenizar possíveis confrontos, visto que o Estado brasileiro participou de Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) e fez acordos internacionais para a amenização das desigualdades racial e social.

Ela finaliza a tese afirmando: no entanto, essas ações afirmativas, as cotas raciais, para auferir resultados futuros no sentido de movimentar a sociedade brasileira a demandar um novo processo civilizador, em que negros tenham acesso à educação e assim possam ocupar as profissões de melhor *status social*, ainda depende de outras ações, seja culturais, políticas, éticas, que metamorfoseiem a herança social infringida de que negros sempre ocuparam uma posição subalterna e inferior na sociedade, para assim quebrar as amarras das desigualdades (racial e social), que frutificam a discriminação, o preconceito e o racismo.

No descritor “cotas OR negros”, foram encontradas onze mil, trezentas e cinquenta e uma pesquisas. Filtrando para o campo “assunto”, se teve um universo de duas mil, duzentas e quarenta e três. Realizando outra filtragem, a quantidade ainda se manteve alta, restando duas mil, duzentas e quarenta e duas pesquisas. Para uma melhor busca desse descritor, acrescentou-se os termos “AND educação”, o que acabou localizando um universo de cento e doze pesquisas. Contudo, nenhuma se adequou, pois as discussões nelas contidas eram díspares do tema de objeto de pesquisa.

No descritor “negros”, foram localizadas, de forma geral, oito mil, trezentos e cinquenta e oito trabalhos. No filtro “assunto”, teve-se um universo de mil, novecentos e

oitenta e quatro. Acrescentando a palavra “educação” e mudando o filtro de busca para “título”, restaram-se cento e doze pesquisas, a mesma quantidade do descritor anterior. Após essa refinação, nenhum trabalho também se adequou para ser considerado, lido e analisado, pelo mesmo motivo anterior.

No descritor “movimento negro”, foram encontradas mil, trezentas e cinquenta e uma pesquisas, no filtro “todos os assuntos”. Realizando um filtro, agora no campo “assunto”, obteve-se um quantitativo de cento e sessenta e três. Filtrando mais uma vez, no campo “título”, o restante foi noventa e nove pesquisas. Destas, apenas uma tese de doutorado se adequou na proposição principal do artigo.

Esta tese, de Santos (2007), cujo nome é *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*, tem como objetivo discutir por que renomados cientistas sociais da área de estudos e pesquisas sobre as relações raciais brasileiras – brancos em sua maioria absoluta, de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são contra a implementação de cotas para os estudantes negros nos vestibulares das universidades públicas brasileiras.

Para responder a essa questão, o autor busca sustentar a hipótese de que a política de cotas para negros no ensino superior público brasileiro extrapola o seu objetivo imediato, qual seja, a inclusão de estudantes negros no ensino público brasileiro.

Em suma, a tese discute o que está sob disputa na sociedade brasileira com a implementação da política de ação afirmativa de cotas para estudantes negros ingressarem nas universidades públicas. Consequentemente, discute também a luta dos Movimentos Sociais Negros brasileiros por educação pública de boa qualidade em todos os níveis de ensino, ou seja, do fundamental ao superior.

O autor conclui em sua tese após as coletas e análises dos dados que, de um lado, dentro da sua zona de conforto, alguns renomados intelectuais brancos das ciências sociais clássicas temem pelo futuro da sociedade brasileira com a implementação do sistema de cotas para negros. De outro lado, estudantes cotistas com trajetórias de vida semelhantes ou até mesmo iguais às dos cotistas sociais, que sonham com um futuro melhor; onde a maioria dos intelectuais brancos da área de estudos e pesquisas sobre relações raciais que se opõe ao sistema de cotas para negros nas universidades vê problemas e conflitos raciais, negros intelectuais e muitos estudantes negros veem possibilidades de mudanças para uma vida melhor.

No descritor “políticas afirmativas AND pós-graduação”, na busca geral, teve um resultado de dois mil, seiscentos e trinta e oito trabalhos. Contudo, foi filtrado no campo de

busca “assunto”, e duas dissertações foram localizadas, porém, apenas uma teve relação ao objeto de pesquisa. Ela se intitula *Ações afirmativas para a população negra em programas de pós-graduação: aprofundando a questão da Universidade de Brasília*, da autora Bêu (2015).

Ela teve por objetivo analisar as ações de ampliação ao acesso da população negra a programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília entre 2004 e 2015. Suas palavras-chaves foram: ampliação ao acesso, população negra, política pública, ação afirmativa, pós-graduação *stricto sensu*.

Os resultados encontrados foram: a UnB tem sido omissa com a não existência da política institucional de ampliação ao acesso da população negra nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo que quatro unidades acadêmicas seguem na vanguarda com suas iniciativas isoladas, possível pela autonomia regulamentar que dispõem.

Os resultados confirmam a hipótese diretriz de que o esforço da Universidade de Brasília para a institucionalização da ação afirmativa na pós-graduação *stricto sensu* não ocorre na mesma medida das pressões de grupos como estudantes e do próprio governo, embora as pressões estejam norteando agendas governamentais.

A partir deste levantamento na BDTD, as pesquisas consideradas contribuíram de forma mais ampla para que se tivesse uma melhor proximidade do objeto de estudo. São discussões tangenciais, que podem auxiliar um melhor direcionamento no processo de análise conjuntural do tema.

No subitem abaixo, explicitar-se-á sobre o mapeamento de produções na ANPED.

Mapeamento de produções na ANPED

Em relação aos artigos científicos publicados nos anais das reuniões anuais/nacionais do GT 21 da ANPED, no descritor “políticas afirmativas”, foram encontradas cinco pesquisas, porém nenhuma se adequou ao objeto de pesquisa.

No descritor “ações afirmativas”, foram encontradas seis pesquisas e uma foi considerada, cujo título é *Cotas na pós-graduação e a perspectiva de conquistar outros espaços para a produção de conhecimento*, da autora Norões (2013).

Este artigo objetiva analisar e refletir sobre a produção dos autores Cunha Júnior e Carvalho (2003), os primeiros a pesquisarem sobre cotas na pós-graduação. A autora concluiu em seu artigo que a criação de espaços para pesquisa sobre Ações Afirmativas (AA) em treze

áreas do conhecimento e em cento e uma Instituições de Ensino Superior e outros espaços, indica um contexto de conquistas progressivas em um curto espaço de tempo.

Esse movimento que ocupou esses polêmicos espaços de produção intelectual foi fundamental para ampliar o debate sobre relações raciais no Brasil. Há de se considerar que isso talvez não acontecesse com as AA em outras áreas, que também fazem parte das reivindicações dos Movimentos Sociais Negros e estão dispostos no documento produzido e entregue ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em novembro de 1995 (Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida).

A extensão das AA para a pós-graduação caminha a curtos passos em termos de discussão e ainda não permeou o meio acadêmico, que possivelmente resistirá a tal proposta, mas ainda se trata de uma forte tendência, que necessitará de novas intervenções e estudos nesse futuro campo de disputas.

Nos descritores “cotas AND pós-graduação”, foi encontrado apenas um artigo e é o mesmo já mencionado (NORÕES, 2013).

No descritor “cotas OR negros”, foi encontrado um artigo, intitulado *Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior*, das autoras Bittar e Almeida (2006)⁷. Ele objetiva analisar o processo de implantação da política de cotas para negros na educação superior na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e em que medida essa política pode ser considerada uma estratégia de acesso e permanência dos estudantes cotistas na Universidade.

As autoras concluíram com a pesquisa que a adoção do sistema de cotas consiste numa ação afirmativa de superação de desigualdades, na direção da conquista da igualdade material ou substancial, que é fruto do que se pode chamar de segunda geração de direitos fundamentais, pois ela absorve e amplia o direito processual. Não basta, segundo esse novo paradigma de organização dos poderes públicos, garantir um Estado que seja cego para distinções arbitrárias. É insuficiente vedar que a lei condene o indivíduo com base no grupo em que este se insere segundo padrões naturais ou culturais. Faz-se necessário implementar, por meio da lei e de instrumentos de políticas públicas, a igualdade de oportunidades, ainda que seja necessário estipular benefícios compensatórios a grupos historicamente discriminados.

No descritor “negros” foram encontrados dezoito artigos, porém os que se aproximaram ao tema do objeto de pesquisa foram dois. O primeiro é o mesmo anteriormente

⁷ Esse artigo foi publicado na íntegra na Educar em Revista, nesse mesmo ano. Ele também foi inserido no GT 11 da ANPED, isto é, Política da Educação Superior, por abordar as especificidades desse GT e do GT 21.

citado (BITTAR; ALMEIDA, 2006) e o segundo é: *Quem são os negros? Classificação racial no Brasil: aproximações e divergências*, da autora Queiroz (2001)⁸.

Seu objetivo é de contribuir para a discussão sobre modos de classificação racial no Brasil e tem como campo empírico a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em suas análises, buscou identificar aproximações e divergências entre classificações e perceber como certas variáveis podem afetar o modo como as pessoas se classificam e são classificadas, na realidade brasileira.

Os dados da pesquisa mostram que há uma gradação na situação socioeconômica dos estudantes que corresponde à sua gradação de cor e que coloca aqueles consistentemente classificados como claros na situação de maior privilégio, e os classificados consistentemente como escuros na situação de menor privilégio. Assim, 83,6% foram consistentemente classificados como claros. Esses são os que formam um contingente que em maiores proporções vêm de famílias com alto *status* socioeconômico, cujo pai tem instrução superior, e apresentam maior média de renda familiar.

É possível pensar que esses estudantes se veem como claros não apenas fenotipicamente, mas que seu *status* social os façam também sentirem-se socialmente claros. Aqueles 16,4% que se definiram no polo claro e que foram classificados pelo pesquisador no polo escuro, portanto, têm classificação inconsistente, apresentam uma situação menos favorável que os claros classificados consistentemente, mas ainda assim, uma situação distante daqueles consistentemente situados no polo escuro. Essa distância da situação dos claros consistentes pode sugerir que por ter um *status* social próximo ao dos claros, eles se veem como tal, mesmo que o seu fenótipo seja visto por outros como escuro.

Os 47,6% que se definiram como escuros e que foram classificados como claros pelo pesquisador apresentam uma situação ainda menos favorável do que os autodefinidos claros, classificados como escuros.

Finalmente, os que se encontram em situação mais precária são os consistentemente classificados como escuros; estes se veriam como escuros não apenas pelo seu fenótipo, mas também pelo seu *status* social e estariam também sendo vistos como escuros pelo observador.

Além disso, conclui ao perceber a confirmação da ideia de que no Brasil existe um sistema de hierarquização social em que a cor se associa ao *status* social para definir o lugar das pessoas. Nesse sistema, a cor mais clara está relacionada ao *status* mais elevado e a cor

⁸ Esse artigo faz parte também do GT 3 da ANPED (Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos), e ele contempla as peculiaridades científicas analíticas desse GT e do GT 21.

mais escura ao mais baixo *status*, isto é, que o dinheiro assim como a educação, embranquecem.

No descritor “política de cotas”, foram encontrados três trabalhos, contudo apenas um se aproxima, sendo o das autoras Bittar e Almeida (2006). No descritor “cotas”, foram achadas nove pesquisas, e duas foram consideradas, ou seja, das autoras Norões (2013) e Bittar e Almeida (2006). Todas essas pesquisas já foram descritas nos parágrafos antecedentes.

No descritor “movimento negro”, foram localizadas cinco pesquisas, sendo duas das autoras supracitadas e uma da autora Barreto (2012), nomeada *Ações afirmativas e sistema de cotas: um olhar a partir do movimento negro*.

Ele objetiva analisar o processo de implantação de cotas, considerando as contribuições do movimento negro no processo de luta, no que se refere ao acesso dos alunos afrodescendentes e indígenas da universidade.

Suas conclusões de pesquisas demonstraram que os movimentos sociais precisavam ser integrantes em qualquer processo de discussão e implementação de políticas na universidade, em especial a política de cotas. Além disso, foi possível identificar claramente a participação efetiva do movimento negro na política de cotas. Mas as estratégias utilizadas para concretizar a política foram, ao longo do caminho, se perdendo, tropeçando, em alguns momentos até caindo, mas, se levantando e, dentro desse contexto, o movimento negro foi o precursor dessa mobilização, dessa luta contra a injustiça social histórica contra os negros, principalmente no que tange à educação e à ascensão social.

Destaca que, apesar do aumento do acesso às universidades, a diferença entre os negros (pretos e pardos) e brancos precisa ser diminuída. Portanto, a questão racial deve sim ser levada em conta, considerando-se que os anos de escravidão no Brasil ainda influenciam o atual cenário de desigualdade entre brancos e negros.

O que se percebe é que ainda hoje, mesmo depois de cair por terra a questão da superioridade racial, ainda temos presente na mídia e na cultura um forte embraquecimento. Esse fato não está longe dos espaços da universidade, que se vê como imune a todas as “pragas” da sociedade. Este pensamento é consideravelmente hipócrita e enganoso, pois, na tentativa de abafar os problemas que existem, ela acaba por empobrecer os debates acerca do tema.

Após descrições dos objetivos e resultados das pesquisas encontradas no levantamento das produções científicas, no subitem posterior abordar-se-á sobre as considerações finais.

Considerações finais

As cotas são as formas mais acessíveis de equalizar as desigualdades que ocorrem nos países que sofreram escravidão e injustiças sociais, como é o caso do Brasil.

Considera-se que as duas bases de dados selecionadas *a priori* não contemplam de forma efetiva o levantamento da produção científica acerca do objeto de estudo. É preciso mais aprofundamento, mais buscas e exploração em outras bases de dados ulteriormente, para verificar se o tema é embrionário, incipiente e inexplorado no campo científico educacional.

Através das leituras, descrições e análises, e com o propósito de responder ao objetivo principal e ao problema de pesquisa levantado, concluiu-se que há poucas produções relacionadas diretamente ao objeto de pesquisa, pois as temáticas abordadas nelas são apenas tangenciais a ele. Essas tangenciais ainda apresentam resultados locais e isolados, ou seja, dados somente de uma instituição ou região em específico, logo, a abrangência de totalidade não é recorrente.

Foram encontradas poucas produções que tratam sobre cotas para negros/as na pós-graduação e sobre a proposição central do objetivo do artigo, isto é, sobre políticas afirmativas para negros/as em pós-graduação em educação no Brasil, nenhuma pesquisa foi encontrada nessas duas bases de dados pesquisadas, o qual indica que a proposta de desenvolvimento da tese de doutoramento possa ser inédita e original.

Constatou-se que há um universo mais amplo e rico de pesquisas sobre cotas para negros/as na graduação, políticas institucionais relacionadas ao seu acesso e permanência, trajetória/identidade/representatividade negra, pessoas com deficiência, indígenas, direitos, programas governamentais, dentre outras.

Levando isso em consideração, são necessários mais estudos, análises, discussões e problematizações no que se refere às políticas afirmativas para negros/as na pós-graduação. É na verdade necessário e primordial.

Acredita-se ser pertinente elucidar o questionamento que suscitou a investigação realizada: “O que se tem produzido no Brasil sobre políticas afirmativas para negros/as na pós-graduação em educação”?

Portanto, frente às constatações encontradas no tocante de buscas às pesquisas sobre o tema, o objeto é original e relevante para a área da educação, no contexto das políticas afirmativas para negros/as no ensino superior. É uma pesquisa importante de se investigar, para que tenha mais visibilidade acadêmica, política, social e educacional.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. *In*: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Neto (org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 25-43.
- BARRETO, Maria Aparecida Santos Correa. Ações afirmativas e sistema de cotas: um olhar a partir do movimento negro. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais [...]**. Porto de Galinhas, PE, 2012. Disponível em: http://www.35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT21%20Trabalhos/GT21-2449_int.pdf. Acesso em: 08 out. 2020.
- BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carine e Maciel de. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, MG, 2006. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/gt11-2516-int.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- BÉU, Rivany Borges. **Ações afirmativas para a população negra em programas de pós-graduação**: aprofundando a questão da Universidade de Brasília. 2015. Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19996/1/2015_RivanyBorgesBe%c3%ba.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 10 set. 2020.
- BRASIL. **Portaria Normativa n. 12, de 11 de maio de 2016**. Regulamenta a adesão das instituições públicas gratuitas de educação superior ao processo seletivo do Sistema de Seleção Unificada para ocupação de vagas remanescentes em cursos de graduação - SisuVR no segundo semestre de 2016. Brasília, DF, 12 de maio 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520543/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-12-de-11-de-maio-de-2016-21520465. Acesso em: 12 out. 2020.
- CAMARGO, Edwiges Pereira Rosa. **O negro na educação superior**: perspectivas das ações afirmativas. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/252884/1/Camargo_EdwigesPereiraRosa_D.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.
- GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, n. 21,

set./out./nov./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

GOMES, Nilma Lino. MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

IENSI, Geziela. **Política de cotas raciais em universidades brasileiras**: entre a legitimidade e a eficácia. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/284/1/Geziela%20Iensue.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília, DF: IPEA, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9164/1/Desigualdadesraciais.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

MAGALHÃES, Ana Maria Silva; REAL, Gisele Cristina Martins. A produção científica sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do Programa Reuni: tendências e lacunas. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 23, n. 02, p. 467-489, jul. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v23n2/1982-5765-aval-23-02-467.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. **O Programa Universidade para Todos e a inserção de negros na educação superior**: a experiência de duas instituições de educação superior de Mato Grosso do Sul – 2005-2008. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2244/2973.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 set. 2020.

MOROSINI, Marília Costa.; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: [http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8646/2/42.Estado%20do%20Conheciment o....pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8646/2/42.Estado%20do%20Conheciment%20o....pdf). Acesso em: 14 out. 2020.

NORÕES, Kátia Cristina. Cotas na pós-graduação e a perspectiva de conquistar outros espaços para a produção de conhecimento. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia, GO, 2013. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/gt21_3207_texto.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PEREIRA, Fabiana Santos. **Ações afirmativas na pós-graduação**. 2019. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/194789/001092802.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 set. 2020.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Quem são os negros? Classificação racial no Brasil: aproximações e divergências. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24., 2001, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, MG, 2001. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/gt03_05.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

SANTOS, Adilson Pereira dos. **Implementação da lei de cotas em três universidade federais mineiras**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AWKLUJ/1/tese_adilson_pereira_dos_santos.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

SANTOS, Joel Rufino dos. Movimento negro e crise brasileira. *In*: SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Atrás do muro da noite**: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília, DF: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994. p. 157.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1973/1/Tese%20Sales%20versao%20final%203.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SOUZA, Nilda Rodrigues de. **Ações afirmativas em universidades públicas brasileiras: uma análise sobre a implantação das cotas raciais**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150895/souza_nr_dr_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 25 set. 2020.

Como referenciar este artigo

SOUSA, A. P. M.; MARQUES, E. P. S.; SANTOS, A. P. O. Produção científica sobre as políticas afirmativas para negros/as na Pós-Graduação em Educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 3, p. 2240-2261, jul./set. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16i3.15132>

Submetido em: 16/12/2020

Revisões requeridas em: 10/01/2021

Aprovado em: 12/02/2021

Publicado em: 01/07/2021